

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 012 /2021

On Pareceres, Prolato,  
Arquivado: 01/03/2021  
Data/Hora: 05/03/2021 15:17  
Responsável: my

**Assunto: Projeto de Lei nº 012/2021**

Trata-se de parecer ao projeto de lei nº 012/2021, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, o qual visa alterar a Lei Municipal nº 3.266/2019, que dispõe sobre o registro, identificação, esterilização, adoção e controle ético da população de cães e gatos.

A Lei Orgânica, em seu art. 7º assim dispõe:

*"Art. 7º - Ao Município cabe legislar e prover a tudo quanto respeite o interesse local e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

*XXI - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais;*

*XXIII - dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão de legislação municipal;"*

E em seu art. 257, § 1º, inciso VII assegura a proteção aos animais.

*"Art. 257 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*§1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.*

Se enquadra ainda quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do art. 55, caput da Lei Orgânica do Município, art. 200, inciso IV do Regimento Interno da Casa, c/c art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

**"LOM - Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município."**

**"RI - Art. 200 - Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita a sanção do Prefeito.**

**Parágrafo único - A iniciativa dos Projetos de Lei será:**

**I - Do Vereador;**

**II - Da Mesa;**

**III - Das Comissões Permanentes;**

**IV - Do Prefeito;**

**V - De, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado.**

**"C.F. - Art. 30 Compete aos Municípios:**

**I – legislar sobre assuntos de interesse local;"**

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 5 de março de 2021

  
**MELISSA RITTI MARANEZZI NASCIMENTO**  
Procuradora Jurídica Interina